



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

Aos 06 dias do mês de outubro de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Audiência da Associação Portuguesa de Telemedicina, por videoconferência, para apresentação e debate do Estudo de Opinião dos médicos sobre o uso da telemedicina e do livro «*Telemedicina, Telesaúde e Transformação Digital na Saúde – Conceitos e Prática | Regulação e Ética*»;
2. Informações;
3. Aprovação da ata n.º 87 de 29 de setembro de 2021;
4. Votação do Plano de Atividades para a 3.ª sessão legislativa;
5. Votação do Regulamento da Comissão;
6. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição do Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, do da Ordem dos Médicos, do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Sindicato Independente dos Médicos e da Federação Nacional dos Médicos, sobre a escassez de profissionais de saúde e «incertezas» sobre a requalificação e financiamento do Centro Hospitalar de Setúbal;
7. Outros assuntos.

1. Audiência da Associação Portuguesa de Telemedicina, por videoconferência, para apresentação e debate do Estudo de Opinião dos médicos sobre o uso da telemedicina e do livro «Telemedicina, Telesaúde e Transformação Digital na Saúde – Conceitos e Prática | Regulação e Ética»

A Presidente começou por agradecer a presença e a disponibilidade do Dr. Eduardo Castela, Presidente da Associação Portuguesa de Telemedicina (APT) e do Dr. Fernando Mota, Vice-Presidente da APT.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

O Dr. Eduardo Castela começou por agradecer a possibilidade de participar na audiência, fazendo de seguida um enquadramento histórico do trabalho desenvolvido na área da medicina à distância, principiado em 1995, e abordou a sua evolução desde então, salientando a importância da telemedicina como ferramenta essencial, quer para os médicos devido à partilha de conhecimentos e recursos com outros colegas, quer para os doentes que vivem longe dos grandes centros, que assim têm possibilidade de ter consultas sem necessidade de se deslocarem. Discorreu também sobre os motivos que levaram à criação da APT e desenvolveu as atividades levadas a cabo por esta, nomeadamente *workshops*, publicações de livros e inquéritos e a organização de encontros internacionais de telemedicina e apoio e cooperação com os PALOP e outros países. Deu nota das dificuldades sentidas no terreno no que diz respeito à utilização da telemedicina e sobre o impacto da pandemia nesta área, salientando a adesão dos profissionais de saúde a estes meios complementares.

O Dr. Fernando Mota forneceu dados sobre o inquérito feito aos profissionais de saúde sobre telemedicina, nomeadamente a satisfação e a continuidade do uso da telemedicina e da videoconsulta, salientando que a comunidade médica está interessada neste modelo de trabalho e que a maior parte dos profissionais inquiridos desconhecia a existência dos meios de teleconsulta, passando de seguida à apresentação do livro «*Telemedicina, Telesaúde e Transformação Digital na Saúde – Conceitos e Prática | Regulação e Ética*», descrevendo a sua organização e os motivos que levaram à sua publicação, partilhando as preocupações da Associação no que diz respeito à necessidade de regulamentação, formação e intervenção de todos os atores na construção de uma visão e métodos comuns de aplicação da telemedicina.

A Deputada Hortense Martins começou por cumprimentar a APT e salientou a importância deste assunto, referindo que a pandemia revelou a necessidade urgente de se avançar neste domínio, lembrando os diversos projetos de resolução atualmente em análise, o trabalho feito no domínio da telessaúde, a necessidade de regulação e de definição do conceito de teleconsulta, a importância da formação e da inclusão da telemedicina nas normas orientadoras da prestação de cuidados de saúde, frisando ainda as respostas dadas no período de pandemia e tendo questionado sobre a avaliação feita da modalidade de hospitalização domiciliária

O Deputado Alberto Machado cumprimentou a APT pelo trabalho feito e vertido no livro, afirmando a necessidade de regulamentação nesta área, devido à crescente



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

importância da telemedicina na prestação de cuidados de saúde, que a pandemia veio demonstrar ser necessário aprofundar. Discorreu também sobre os benefícios da aplicação da tecnologia e da telemedicina na saúde e a oportunidade desta audiência no atual contexto da prestação de cuidados de saúde, tendo questionado sobre a avaliação feita pela APT acerca da atual oferta de telessaúde e estratégias para a melhorar.

O Deputado Moisés Ferreira começou por afirmar que a pandemia veio mostrar a necessidade da telemedicina no SNS e lembrou a adaptação da prestação dos cuidados de saúde feita neste período, frisando que convém não confundir telemedicina com consultas não presenciais, perguntando sobre os meios necessários para a implementação de uma verdadeira telemedicina e quais as bases para iniciar este processo.

A Deputada Paula Santos referiu que a pandemia deu maior atualidade às questões da telessaúde e identificou um conjunto de limitações e insuficiências neste domínio, devendo-se olhar para as potencialidades que este meio complementar de prestação de cuidados de saúde, salientando ser importante o investimento em meios técnicos e a preservação da segurança dos dados e a privacidade dos doentes, bem como o respeito pela vontade do doente, tendo questionado sobre o nível de desenvolvimento do plano estratégico de telessaúde e as prioridades no desenvolvimento deste campo. Respondeu o Dr. Eduardo Castela, referindo ser importante ver reconhecidos os esforços da APT neste domínio, notando que o aumento do uso da telemedicina durante a pandemia irá diminuir, mas fica lançada uma base, que mudará o SNS. Reconheceu igualmente a importância da complementaridade das plataformas em uso, salientando a extrema importância da formação e a necessidade de investimento na telemonitorização e frisou que a telemedicina é uma ajuda preciosa, mas não é a solução.

O Dr. Fernando Mota notou que a construção da telemedicina faz-se com os todos os participantes, profissionais de saúde, doentes e outros profissionais, referindo igualmente que a interoperabilidade dos sistemas é importantíssima e que deve ser definida a fronteira dos sistemas de informação entre o que é público e o que é privado, chamando ainda a atenção para a preservação da confidencialidade e para a necessidade de simplificar e melhorar o processo de consentimento informado,



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

referindo ainda desconhecerem qual o grau de implementação do Plano Estratégico de Telessaúde.

A Presidente voltou a agradecer a presença e a disponibilidade da APT, nas pessoas do Dr. Eduardo Castela e do Dr. Fernando, dando de seguida a audiência por encerrada.

2. Informações

A Presidente começou por informar que a primeira audiência Regimental da Ministra da Saúde, no âmbito do OE 2022, está agendada para o próximo dia 8 de novembro, às 16h. Informou ainda que na sequência do pedido de identificação de prioridades na marcação das audições pendentes, o Grupo Parlamentar do PCP solicitou o agendamento urgente das audições do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal e da Ministra da Saúde sobre o Centro Hospitalar de Setúbal, aprovadas na Comissão de Saúde a 21 de abril de 2021, referindo igualmente que hoje iria ser discutido e votado um requerimento do PSD para audiência do Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, da Ordem dos Médicos, do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Sindicato Independente dos Médicos e da Federação Nacional dos Médicos, podendo os serviços proceder às convocatórias para as próximas reuniões, caso o mesmo seja aprovado.

A Presidente informou ainda que, em relação à Comemoração do 20.º aniversário da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga, se estava a aguardar a definição das regras a seguir para a organização de eventos na Assembleia da República, informando que já se encontra pré-reservado o auditório António de Almeida Santos para o próximo dia 14 de dezembro.

3. Aprovação da ata n.º 87 de 29 de setembro de 2021

A ata n.º 87, de 29 de setembro de 2021, foi aprovada por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP e CH.

4. Votação do Plano de Atividades para a 3.ª sessão legislativa:

O Plano de Atividades para a 3.ª sessão legislativa foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, PAN e CH.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

5. Votação do Regulamento da Comissão:

A Presidente começou por referir que foi feita a alteração acordada na reunião de Mesa e Coordenadores, respeitante à antecedência com que devem chegar as propostas de inclusão na Ordem do Dia, mostrando-se necessário incluir um número relativo às reuniões extraordinárias, procedendo-se por isso à alteração o n.º 3, do artigo 13.º da proposta de Regulamento e o aditamento do n.º 4.

A Presidente recordou que no que concerne ao anexo II do Regulamento, respeitante à Grelha de Tempos para as audições Governamentais a requerimento, seguiu para todos os Deputados, para além da grelha aprovada já nesta Legislatura, a grelha proposta pelo PCP.

O Deputado Moisés Ferreira requereu a autonomização da votação dos anexos do Regulamento, o que mereceu a concordância de todos.

O Regulamento sem anexos foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, PAN e CH.

O Anexo 1 foi aprovado por maioria, com os votos contra do BE e PCP, com os votos a favor do PS e PSD, registando-se as ausências do CDS-PP, PAN e CH.

Foi votada a proposta de alteração do PCP do Anexo 2, em alternativa à grelha de tempos já aprovada na presente Legislatura, respeitante às audições Governamentais a requerimento, tendo a mesma sido rejeitada, com os votos contra do PS e PSD e os votos a favor do BE e PCP, registando-se as ausências do CDS-PP, PAN e CH.

Os Anexos 3 e 4 foram aprovados por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, PAN e CH.

6. Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando a audição do Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Setúbal, do da Ordem dos Médicos, do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, do Sindicato Independente dos Médicos e da Federação Nacional dos Médicos, sobre a escassez de profissionais de saúde e «incertezas» sobre a requalificação e financiamento do Centro Hospitalar de Setúbal

O Deputado Nuno Carvalho apresentou o requerimento do PSD, começando por notar a falência gradual dos serviços no Hospital de Setúbal, que se agravou com o COVID, e mostrando as dificuldades do hospital em responder às necessidades existentes, salientando o seu subdimensionamento face à população que serve, discorrendo ainda



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

sobre a demissão do diretor do centro hospitalar, e as razões da mesma, nomeadamente, referindo que a atual situação do centro hospitalar é crítica e bem conhecida, afirmando que a população de Setúbal não viu até agora nada ser concretizado, pelo que há necessidade de respostas do Governo.

O Deputado Fernando José lembrou que é preciso fazer um enquadramento dos problemas levantados e que tem havido investimento e aproveitamento de espaços, embora se reconheça a carência nas urgências, lembrando que vai ser lançado o concurso de empreitada para o projeto de ampliação das urgências, que aumentará a resposta das urgências e libertará espaço dentro do Hospital de São Bernardo. Referiu igualmente que contratação de pessoal é um investimento para potenciais ganhos em saúde, sendo o seu reforço uma prioridade, apresentando números sobre o reforço meios. Reconheceu que continua a haver problemas em algumas especialidades, sendo que o maior problema é efetivamente a falta de espaço, salientando que não se poder olvidar o investimento projetado em centros de saúde para o concelho de Setúbal.

O Deputado Moisés Ferreira referiu que a demissão do diretor do centro clínico não é surpresa, lembrando que os responsáveis de serviço já foram ouvidos pela Comissão de Saúde. Referiu a suborçamentação e a falta de infraestruturas e de espaço como problemas prementes do Centro Hospitalar, lembrando ainda a falta de atratividade do SNS na fixação de médicos e as vagas por ocupar no último concurso, sendo necessário encontrar soluções definitivas para estes problemas, pelo que acompanham o requerimento.

A Deputada Paula Santos começou por afirmar que o PCP acompanha o requerimento, lembrando que este é um problema que já vem de trás, pelo que se mostra necessário efetuar as audições, referindo a existências de problemas ao nível das instalações e do financiamento da instituição, frisando a necessidade de requalificar o hospital para assegurar o adequado orçamento e promover a fixação dos profissionais de saúde.

O requerimento aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do CDS-PP, PAN e CH.

A reunião foi encerrada às 12:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da audiência efetuada durante a presente reunião ser consultada através deste [link](#)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 88/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Joana Lima (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Rui Cristina (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Moisés Ferreira (BE)
Paula Santos (PCP)
Bebiana Cunha (PAN)
Francisco Rocha (PS)
João Gouveia (PS)
Luís Graça (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Sara Velez (PS)
Fernanda Velez (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
Fernando José (PS)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sandra Pereira (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Baptista Leite (PSD)